

## O PROCESSO DE GESTÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA TECNOLOGIA

**Denisia Ribeiro Neto<sup>1</sup>**  
**Graciele Cristina Silva<sup>2</sup>**  
**Luiz Almeida da Silva<sup>3</sup>**  
**André Carlos Silva<sup>4</sup>**  
**Adriana dos Santos Prado Sadoyama<sup>5</sup>**

88

**Resumo:** Com o intuito de sistematizar a produção de conhecimento sobre a gestão da Propriedade Intelectual realizou-se uma revisão integrativa, utilizando as bases de dados: Literatura da América Latina e Caribe (LILACS), *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Medical Literature on Line* (MEDLINE) e U.S.National Library of Medicine National Institute of Health (PubMed). Os vocabulários controlados Intellectual Property AND Patents AND organization & administration, foram utilizados para a busca, feita nos idiomas português, inglês e espanhol, tendo a última década como espaço amostral. Foram selecionados 7 artigos que apresentam evidências de estudo não experimental, estudo de caso ou qualitativo. A falta de recurso humano qualificado e de sua valorização é um dos pontos importantes para o Brasil se tornar uma nação competidora no cenário mundial da gestão da PI.

**Palavras-chave:** Propriedade Intelectual. Patente. Organização & Administração

**Abstract:** In order to systate the production of knowledge about the management of intellectual property, an integrative review was, carried out using the databases: Latin American and Caribbean Literature (LILACS), *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL), coordination of improvement of higher education personnel (CAPES), *Medical Literature on Line* (MEDLINE) and U.S. National Library of Medicine National Institute of Health (PubMed). The controlled vocabularies Intellectual Property AND Patents AND Organization & Administration were used for the search, made in the Portuguese, English and Spanish languages, with the last decade as sample space. We selected 7 articles that present evidences of non-experimental study, case study or qualitative. The lack of qualified human resource and

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás (UFG) - Regional Catalão. E-mail: denisia.neto@gmail.com

<sup>2</sup> <sup>2</sup>Doutora em Ciências da Saúde e Docente no Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás (UFG) - Regional Catalão. E-mail: gcsilvanut@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Ciências e Docente no Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás (UFG) - Regional Catalão. E-mail: enferluiz@yahoo.com.br

<sup>4</sup> <sup>4</sup>Doutor em Engenharia de materiais e Docente no Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás (UFG) - Regional Catalão. E-mail: ancarsil@ufg.br

<sup>5</sup> Doutora em Linguística e Língua Portuguesa e Docente no Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Goiás (UFG) - Regional Catalão. E-mail: drisadoyama@gmail.com

its valorization is one of the important points for Brazil to become a competing nation in the global PI management scenario.

**Keywords:** Intellect Property. Patents. Organization & administration

## INTRODUÇÃO

A Lei de Inovação Brasil (2004), que trata sobre o incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo com a finalidade de promover a capacitação e o alcance da autonomia tecnológica para o desenvolvimento industrial do Brasil, com a participação das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) no processo de inovação.

Dentre as ações previstas na Lei de Inovação está a criação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) nas ICT, com a responsabilidade de propor, acompanhar e avaliar as políticas de inovação, para promover a proteção e a manutenção da propriedade intelectual e para transferir as novas tecnologias para o setor empresarial (MARTINS, 2010). Com a homologação da lei o papel e as funções do NIT ficaram definidas e as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras responsabilizadas pela criação.

Com a criação do NIT a interação entre IES e empresa na divulgação do conhecimento produzido, se torna uma demanda exigente do século XXI, com o fim de fazer com que o Brasil suba no ranking mundial e se torne um país competitivo no cenário mundial. O estado brasileiro se destaca pela morosidade e burocracia demandada quando o assunto é divulgação da Propriedade Intelectual (PI) ou Patentes. A PI é divulgada por meio de artigos publicados em periódicos, que em sua maioria não estão disponíveis de forma gratuita, e podem ser utilizados desde de que seja feita a citação conforme a norma adotada. Já as patentes são registradas e seu título de propriedade temporário é do detentor dos direitos de criação, sendo que seu uso somente será feito após a liberação pelo possuidor do direito e mediante pagamento da concessão. Essas formas configuram a Transferência de Tecnologia (TT) procedimento que ocorre entre universidade e empresa ou sociedade (STIPP, 2017).

Diante do proposto, compreender o cenário da gestão da PI pelas universidades e seus NITs e qual a forma que a sociedade tem sido comunicada e está recebendo os resultados das pesquisas realizadas pelas IES, colabora para o avanço na maneira que ocorre essa comunicação. Desse modo, esta pesquisa tem por objetivo sistematizar o conhecimento produzido acerca da gestão da Propriedade Intelectual no cenário atual.

## METODOLOGIA

Baseado em evidências, efetivada de forma sistemática com o objetivo de tornar as conclusões mais acessíveis para melhor entendimento do conhecimento já produzido com o intuito de melhor tomada de decisões a serem tomadas, baseia-se a essência da Revisão Integrativa (RI) (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). O termo, integrativa, está relacionado com a integração de opiniões, ideias ou conceitos derivados de pesquisas que foram utilizadas no método (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

Para a utilização do método, observa-se o mesmo rigor nas pesquisas e a clareza é um ponto a ser considerado para que se possa identificar os estudos analisados, assim contribuindo para o avanço no conhecimento produzido. Para sua realização de acordo com Mendes; Silveira; Galvão (2019) algumas etapas devem ser seguidas: “1) elaboração da pergunta da revisão; 2) busca e seleção dos estudos primários; 3) extração de dados dos estudos; 4) avaliação crítica dos estudos primários incluídos na revisão; 5) síntese dos resultados da revisão e 6) apresentação do método”. Assim, obedecendo as etapas de construção de uma RI a questão delimitada para nortear o presente estudo foi “como se dá o processo de Gestão da PI pelas IES e o fluxo de TT”.

A segunda etapa, para a busca de artigos foram selecionadas as bases de dados: Literatura da América Latina e Caribe (LILACS), *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Medical Literature on Line* (MEDLINE) e U.S.National Library of Medicine National Institute of Health (PubMed). A busca foi realizada no mês de maio de 2019 por dois pesquisadores de forma independente.

Nas bases de dados LILACS e CAPES foram utilizados os descritores controlados (DeCS): “*Intellectual Property AND Patents AND organization & administration*”. E para as bases MEDLINE e PubMed os: “*Intellectual Property AND Patents AND organization & administration*”. Na base de dados SPELL foram selecionadas as seguintes palavras-chave: “*Intellectual Property OR Patents OR organization & administration*”. Encontrando 10093 artigos. A busca foi realizada no mês de maio de 2019 por dois pesquisadores de forma independente

Foram incluídos artigos publicados no período entre 2009 e maio de 2019, originais, completos, disponíveis *on-line* gratuitamente, nos idiomas, português, inglês e espanhol. Para

ampliar a confiabilidade das informações provenientes das bases de dados, realizou-se uma busca manual de artigos disponíveis que recebe o nome de *hand search*, inventariada das referências das publicações já coletadas. O caminho percorrido para a amostra final desta RI, pode ser verificado na Figura 1.

Após a definição da amostra desta revisão, foi preenchida uma ficha contendo as extrações das informações de interesse, a saber: título, autor, ano, base de dados, nível de evidência, instrumento utilizado, palavras-chaves, síntese dos resultados e conclusão (URSI; GAVÃO, 2006).

A classificação hierárquica, foi utilizada nas publicações que preencheram os critérios de inclusão, para artigos incluídos na revisão. Estão dispostos em: nível I resultados de estudos de metanálise controlados e com randomização; nível II estudos randomizados, individual e experimental; nível III resultados de estudos quase experimentais, com grupo único e controlado; nível IV resultados de estudos não-experimentais, pesquisa qualitativa, descritivos ou estudo de casos; nível V resulta de relatórios de casos ou informações obtidas sistematicamente, de qualidade verificável, ou dados de avaliação de programas e o nível VI resulta de evidências advindas de opiniões de autoridades e/ou relatório de normas (STETLER et al., 1998).

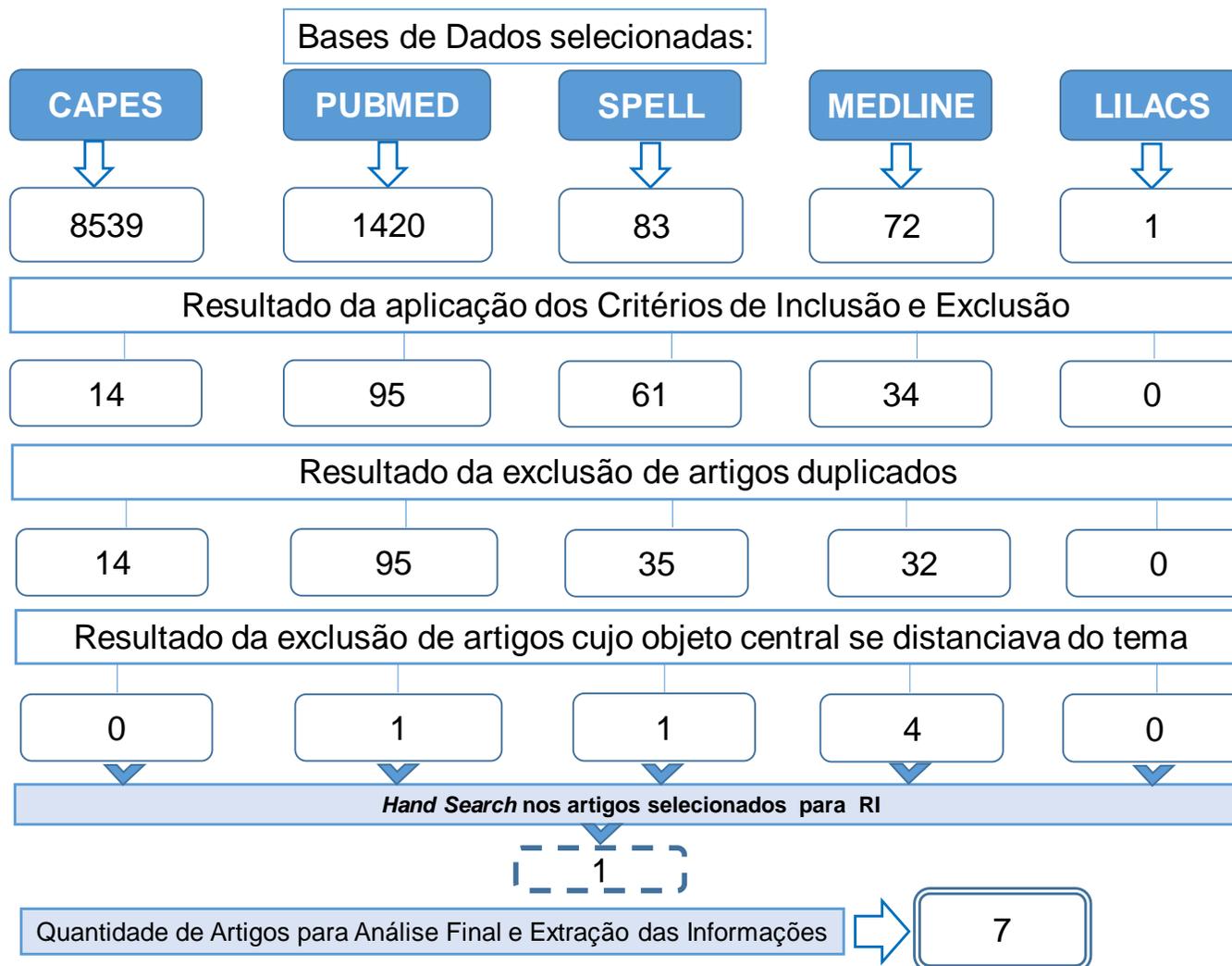


Figura 1 Fluxograma do Processo de seleção da amostra da RI 2009-2019, Catalão-GO, 2019

## RESULTADOS

Foram encontrados e analisados sete artigos na amostra final da revisão, um artigo selecionado na base da PubMed, na SPELL um artigo incluído e quatro na MEDLINE, ao realizar a *Hand Search* foi incluído mais um artigo da MEDLINE. Em números percentuais a 14% da amostra estão disponíveis na PubMed, 14% na Spell e 72% na MEDLINE.

Dos estudos avaliados, 14,29% (1) da amostra foi publicado no USA, 14,29% (1) da publicação foi feita no Canadá e 71,43% (5) da amostra foi publicada no Brasil. Quanto ao nível de evidência toda a amostra compõe o nível IV, os estudos são de abordagem qualitativa ou descritiva, de caráter não experimental ou estudos de caso (STETLER et al., 1998). A distribuição quanto ao ano de publicação pode ser verificada na Figura 2.

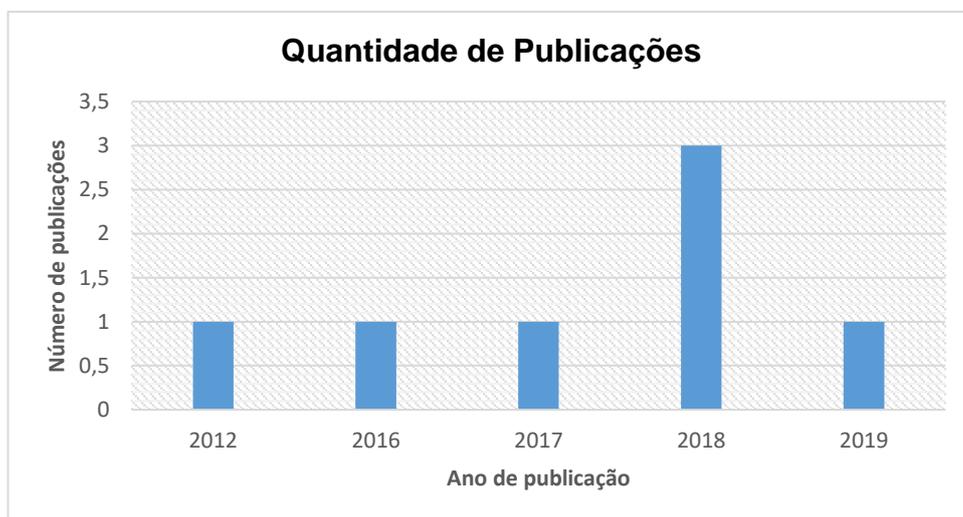


Figura 2 Gráfico das Publicações

Para melhor entendimento da amostra, elaborou-se um quadro de acordo com a síntese das informações extraídas dos artigos selecionados conforme o Quadro 1.

Quadro 1. Apresentação da síntese dos artigos incluídos na revisão integrativa. Catalão, GO, 2019.

Título	Autor, Ano.	Base de dados, nível de evidência	Instrumento usado Palavras-chave	Síntese dos resultados	Conclusão
Da gaveta para a indústria: correspondência entre patentes universitárias e atividades econômicas	CALZOLAIO, A. E.; SPRICIGO, G.; MONTEIRO, S. M. M. 2018	Medline, Nível IV.	<i>Algorithmic Links with Probabilities</i> Patentes; Atividades Econômicas; Transferência Tecnológica; Universidades.	Observou-se que 76% das patentes da UFRGS estão relacionadas a somente 6 campos econômicos.	Concluiu-se que existe uma relação estatisticamente significativa entre as patentes da UFRGS e atividades econômicas específicas
An intellectual property sharing initiative in agricultural biotechnology: development of broadly accessible technologies for plant transformation	CHI-HAM, C. L. et al. 2012	Medline, Nível IV.	patent, FTO, plant transformation, licensing, regulatory, translational research.	For many managers, the PIPRA 'Pool' was welcome since it was perceived as an additional marketing Vehicle. Negotiations mirrored the legal discussions that have occurred in the development of patent pools in other industries.	IP issues are important but only when coupled with the adoption of a comprehensive translational research paradigm for public agricultural research.
O núcleo de inovação tecnológica da UFPE: Instrumento de política de inovação ou obrigação legal?	COELHO, L. C. D.; DIAS, A. A. 2016	Spell, Nível IV.	Entrevistas semiestruturadas presenciais  Núcleos de inovação tecnológica, transferência de tecnologia, propriedade intelectual.	Os resultados do trabalho apontam que o NIT da UFPE tem um perfil classificado por Lotufo (2009) como administrativo, atuando apenas como uma interface para processar encaminhamentos relativos à PI e executar ações de cunho exclusivamente operacional.	O NIT da UFPE ainda não conseguiu superar fragilidades básicas de modo a permiti-lo atuar efetivamente como um instrumento de política de inovação
Protecting Trade Secrets in Canada.	COURAGE, N.; CALZAVARA, J. 2015.	Pubmed, Nível IV.		In appropriate cases, trade secrets can offer long-term protection of IP for a lower financial cost than patenting. This type of protection must be approached with caution, as	In some situations, patents and trade secrets may be used cooperatively to protect innovation, particularly for manufacturing processes.

				there is little room for error when protecting a trade secret.	
Mapeamento Tecnológico de Patentes em Energia Eólica no Brasil	LEUSIN, M. E.; VAZ, C. R.; MALDONADO, M. U. 2018.	Medline, Nível V.	Energia eólica. Desenvolvimento de tecnologia. Patentes. P&D.	Entre os resultados, destacou-se o pequeno número de patentes de origem brasileira desenvolvidas sob o tema, além da baixa participação de empresas nacionais no patenteamento	Além do volume baixo de investimentos em P&D, o comportamento das empresas brasileiras do setor de eletricidade baseia-se sobretudo na terceirização destas atividades às universidades.
Propriedade Intelectual e Apropriabilidade em Universidades Federais: Estudo Multicaso no Estado de Minas Gerais	RENNÓ, A. S. et al. 2018.	Medline. Nível IV.	Roteiro semiestruturado. Propriedade intelectual. Apropriabilidade. Inovação. Transferência de tecnologia. Universidade pública.	Depósito de patentes, registros de software, registros de cultivares, registro de marcas, além de presença de redes, incubadora de empresas de base tecnológica, parque tecnológico, parcerias entre universidades e empresas e parcerias de cooperação Pública.	Os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) ainda necessitam passar por estágios de amadurecimento.
Patentes verdes e o setor de fabricação de abrasivos no brasil: discutindo o potencial Estratégico Do Programa À Luz Do <i>Shared Value</i>	TOLEDO, A. G. L.; CAMPOS, L. A. 2018	Medline. Nível IV.	Valor compartilhado. Patentes verdes. Indústria de abrasivos.	O setor de abrasivos apresenta potencial para criação de patentes verdes, dado o intenso uso de recursos naturais no processo produtivo. Dentre as economias emergentes, o Brasil foi o primeiro país a ter um programa de patentes verdes	Deve agregar melhorias que possibilitem, simultaneamente, a criação de valor para a empresa (através do direito de exploração da tecnologia criada e patenteada), bem como para a sociedade.

## DISCUSSÃO

Neste estudo, 57% dos artigos encontrados foram publicados no ano de 2018, uma campanha eleitoral sempre gera muitos comentários na imprensa nacional quanto na imprensa internacional e esse fato pode ter influenciado o resultado encontrado de maior publicação nesse ano, período em que o Brasil teve sua oitava campanha eleitoral depois da homologação da Constituição Federal de 1988, e os planos de governo apresentados não contemplam uma discussão sobre criação de políticas públicas ou aumento nos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB) em investimento na Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para tentar equilibrar o denso déficit da PI na balança comercial (BARBOSA, 2018).

Nos artigos selecionados pelos critérios de inclusão, predomina estudos não experimentais, com uma abordagem qualitativa, descritivo ou estudo de caso o encontrado se deve da falta de, investimentos do setor público e privado para P&D e direcionamento de recursos para superar os desafios vivenciados pela sociedade brasileira (DE NEGRI; RAUEN; SQUEFF, 2018). O ambiente disponível para realização da pesquisa precisa fornecer condições para necessárias para o pesquisador desenvolver sua pesquisa e na maioria dos laboratórios disponíveis no Brasil custam menos que 2 milhões de reais, comparado aos ambientes de pesquisa de outros países são de acanhado tamanho (DE NEGRI; SQUEFF, 2016).

A Lei no 13.243/2016 traz um avanço na regulamentação à produção de pesquisa, incentivo ao fomento de uma ciência robusta, que seja competitiva, esclarece sobre dúvidas do financiamento público ou privado na produção do conhecimento, discursa sobre a importância da proteção da PI e também da TT brasileira, mas se faz necessário que tais incentivos não fiquem somente no papel, que sejam difundidos na comunidade de desenvolvimento de ciência e tecnologia para fortalecimento de suas práticas

Quanto a origem das publicações cinco se originam no Brasil, um no U.S.A. e o outro no Canadá, um país desenvolvido que dispõe de um processo de análise e comparação para apropriação de PI, para escolha da forma mais adequada e como será realizado o registro, se a produção do conhecimento será registrada como segredo comercial ou uma patente, expondo as vantagens e desvantagens em cada área, assim podendo usufruir de melhor aproveitamento da proteção da nova tecnologia produzida a um custo financeiro reduzido (COURAGE; CALZAVARA, 2015). Esta prática depende da experiência do gestor, pois sobre ele recai a decisão de quais e os limites da propriedade intelectual vão ser compartilhada ou mesmo protegidos, para que não ocorra a perda da competitividade (LOUREIRO; et al, 2018). Também

o compartilhamento de PI entre escritórios de patentes pode ser incentivado e o uso de subsídios ao exame apresentados por terceiros interessados no pedido de patente (JANNUZZI; VASCONCELLOS, 2017).

As pesquisas voltadas para o setor agrícola e agrotecnologia, voltados a produção de alimento mundial, tem sido foco de PI nas IES pública para aumento de defensivos agrícolas, vacinas e pesquisas envolvendo novas culturas mais resistentes, incluindo a criação do Recurso de Propriedade Intelectual Pública para a Agricultura em 2004 nos Estados Unidos da América (USA) para tratar de questões de PI na agricultura no mundo (CHI-HAM et al, 2012. CALZOLAIO; SPRICIGO; MONTEIRO, 2018). Ao observar o Brasil tem-se que mais de 39% dos contratos de exportação são do setor agropecuário e do campo agrícola e para que sua participação no cenário mundial cresça, se faz necessário uma melhoria tecnológica competitiva nas políticas de proteção da PI (RODRIGUES; LAGE; VASCONCELLOS, 2011).

Outro dado encontrado é o depósito de patentes por pessoas individuais que de alguma forma possuem vínculo com a IES e não dão os devidos créditos acadêmicos (LEUSIN; VAZ; MALDONADO, 2018). Essa informação vem em sentido oposto ao que vem acontecendo com os pesquisadores acadêmicos brasileiros, a divulgação da PI por meio de patentes sofreu um aumento desde a criação de Agências de Inovação e políticas de proteção na Transmissão de tecnologia, estimulam o crescimento no país, não sendo vigoroso em todas as regiões com maior depósito de patentes nas regiões mais desenvolvidas (PEREIRA; MELLO, 2015).

O gargalo na Transmissão de Tecnologia (TT) à empresa se deve ao fato dos esforços estarem voltados a proteção da PI e não a comercialização e divulgação dos resultados, fazendo com que os NIT's não tenham suporte financeiro e de mão de obra para impactar as demandas da sociedade com a TT (COELHO; DIAS, 2016). Para tentar explicar este gargalo tem-se que o perfil do pesquisador/inventor mudou com a criação de normas para a TT, alterações de cunho ideológico e econômico, passam a pressionar ou motivar o pesquisador/inventor a comportamentos distintos do proposto pelo conhecimento acadêmico. Também a desigualdade na capacidade de produzir patentes entre as universidades públicas brasileiras, com a centralização da produção em poucas universidades da Região Sudeste e que muitas são impróprias para a envergadura de gerência, mesmo com a criação dos NIT's (MUELLER; PERUCCHI, 2014).

A lentidão do processo devido a burocracia no processo de concessão de patentes pelo INPI, que prejudica a TT entre IES e empresa (RENNÓ et al, 2017). Para tentar mitigar esse

problema recomenda-se a melhoria em toda a infraestrutura do INPI com a valorização da carreira e contratação de novos examinadores e pessoal administrativo para a tramitação dos pedidos; aproximar o valor das anuidades de patentes aos valores praticados nos escritórios internacionais, uma forma de aumentar a arrecadação revertendo os valores arrecadados das taxas para o INPI (JANNUZZI; VASCONCELLOS, 2017).

A P&D que resultam patentes verdes se torna uma saída viável para agilizar o processo de depósito, um programa piloto desenvolvido pelo INPI, encurta o tempo e coloca à disposição a serviço da sociedade a PI (TOLEDO; CAMPOS, 2018). Segundo Teixeira (2018) o período para análise de patentes verdes é muito menor se comparado aos não verdes, pois o intuito é promover a criação de conhecimento sustentável, impondo as tecnologias que posteriormente virão a seguirem o modelo de utilização que faz bem à sociedade.

Em países em desenvolvimento as IES públicas são as únicas responsáveis em P&D agrícola ao contrário de países desenvolvidos que os participantes e maiores interessados são o setor privado (CHI-HAM et al; 2012). Para Dagnino; Silva (2009) essa concepção que incentiva às universidades a serem as responsáveis pelas patentes encontra-se na contramão do realizado em países que possuem uma política pública amadurecida nesta questão, pois ao analisar a participação das universidades em gerarem patentes ou PI em países desenvolvidos, o resultado é insignificante. Em contrapartida a mudança rápida e profunda na função desenvolvida pela ciência perante à sociedade, que tem como principal investidor o setor público para Produção Intelectual no país (MUELLER; PERUCCHI, 2014).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de gestão da Propriedade Intelectual pelas IES e seu fluxo de TT para empresas, como período para se obter a divulgação das informações inovadoras se dá principalmente por concessão de patentes, esse processo se mostrou longo e com atraso devido à preocupação no Brasil estar voltada a segurança dessa informação e não em divulgação. A valorização do trabalho realizado pelo INPI, através de melhorias em toda sua infraestrutura, principalmente no que tange os recursos humanos, com valorização da profissão e aumento em seu quadro de funcionários são propostas que podem viabilizar a gerência e transferência de tecnologia.

A limitação do estudo em ter pouca ou quase nenhuma publicação de estudo com abordagem quantitativa, para obter uma maior sistematização do conhecimento produzido acerca do tema, se dá ao fato de ambientes de realização de pesquisa, em sua grande maioria, se encaixar no perfil de pequeno e médio porte levando em consideração os critérios internacionais, mas essa limitação não descaracteriza o trabalho que sublima a carência da produção e aborda a discussão sobre o assunto.

O tema de estudo mostrou que o desafio brasileiro em ser uma nação competidora na gestão da PI e TT é grande, devido à falta de conhecimento e recurso humano capacitado pela falta de criação de uma cultura nas áreas. Também vê-se que o atual plano de governo não disponibiliza incentivos de financiamento da PI por parte do setor público, e que o suporte financeiro de origem privada não ficou muito claro na legislação vigente.

Sugere-se estruturar os NIT's para serem independentes e autônomos de sua função perante a sociedade, fazendo com que a sociedade receba mais rapidamente os benefícios da PI. Medidas para que o que está escrito no papel se torne real no ambiente de pesquisas e de produção de PI. Também como estudos futuros com abordagem quantidade para sistematizar e ter maior clareza das atividades de PI.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, P. M. N. Ano eleitoral e políticas públicas de propriedade intelectual. **Migalhas**. 02 de fevereiro de 2018. ISSN 1983-392X. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI273534,41046-Ano+eleitoral+e+politicas+publicas+de+propriedade+intelectual> > Acesso em: 29 ago. 2019.

BOTELHO, L. L. R. CUNHA, A. C. C. MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v.5, n.11, p. 121-136. 2011.

BRASIL. **LEI Nº 10.973, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm) > Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016**. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Brasília: DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm)> Acesso em: 30 ago. 2019.

CALZOLAIO, A. E.; SPRICIGO, G.; MONTEIRO, S. M. M. Da Gaveta para a Indústria: Correspondência entre Patentes Universitárias e Atividades Econômicas. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 18, n. 1, p. 115-139, 2018. ISSN 1677-9479.

Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/49166/da-gaveta-para-a-industria--correspondencia-entre-patentes-universitarias-e-atividades-economicas>> Acesso em: 02 maio 2019.

CHI-HAM, C. L. et al. An intellectual property sharing initiative in agricultural biotechnology: development of broadly accessible technologies for plant transformation. **Plant Biotechnol J**, v. 10, n. 5, p. 501-10, Jun 2012. ISSN 1467-7644. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1467-7652.2011.00674.x> > Acesso em: 02 maio 2019.

COELHO, L. C. D.; DIAS, A. A. O Núcleo de Inovação Tecnológica da UFPE: Instrumento de Política de Inovação ou Obrigação Legal? **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE**, v. 7, n. 1, p. 28-42, 2016. ISSN 2178-7638. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/40123/o-nucleo-de-inovacao-tecnologica-da-ufpe--instrumento-de-politica-de-inovacao-ou-obrigacao-legal> >. Acesso em: 01 maio 2019.

COURAGE, N.; CALZAVARA, J. Protecting Trade Secrets in Canada. **Cold Spring Harb Perspect Med**, v. 5, n. 9, p. a024489, May 18 2015. ISSN 2157-1422. Disponível em: < <http://perspectivesinmedicine.cshlp.org/content/5/9/a024489.full.pdf> > Acesso em: 01 maio 2019.

DE NEGRI, F. SQUEFF, F. H. S. O MAPEAMENTO DA INFRAESTRUTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO BRASIL. In: DE NEGRI, F. SQUEFF, F. H. S. (org.) **Sistemas Setoriais de Inovação e Infraestrutura de Pesquisa no Brasil**. Brasília: IPEA: FINEP: CNPq, 2016. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_sistemas\\_setoriais.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_sistemas_setoriais.pdf) > Acesso em: 30 ago. 2019.

DE NEGRI, F. RAUEN, A. T. SQUEFF, F. H. S. CIÊNCIA, INOVAÇÃO E PRODUTIVIDADE: POR UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. In: DE NEGRI, F. ARAUJO, B. C. BACELETTE, R. (org.) **Desafios da nação: artigos de apoio**, volume 1. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180327\\_desafios\\_da\\_nacao\\_apoio\\_vol1.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180327_desafios_da_nacao_apoio_vol1.pdf)> Acesso em: 30 ago. 2019.

JANNUZZI, A. H. L.; VASCONCELLOS, A. G. Quanto custa o atraso na concessão de patentes de medicamentos para a saúde no Brasil? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 8, e00206516, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2017000806001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017000806001&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 15 maio 2019.

LEUSIN, M. E.; VAZ, C. R.; MALDONADO, M. U. Mapeamento Tecnológico de Patentes em Energia Eólica no Brasil. **Future Studies Research Journal: Trends and Strategies**, v. 10, n. 2, p. 303-331, 2018. ISSN 2175-5825. Disponível em: <

<http://www.spell.org.br/documentos/ver/51782/mapeamento-tecnologico-de-patentes-em-energia-eolica-no-brasil-> > Acesso em: 02 maio 2019.

LOUREIRO, R. S. et al. Compartilhamento e proteção do conhecimento: um estudo realizado em uma empresa de conhecimento intensivo do setor sucroenergético. **Perspect. ciênc. inf.** Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 167-187, Sept. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141399362018000300167&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141399362018000300167&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 maio 2019.

MARTINS, R. O. Os núcleos de inovação tecnológica como estratégia das políticas de inovação do MCT (2004-2010). **Latin American Journal of Business Management**, V. 3, N.2,p. 226-247. 2010. Disponível em: <<http://www.lajbm.net/index.php/journal/article/view/95/60> > Acesso em: 23 maio 2019.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis v. 17, n. 4,p.758764, out-dez, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf> > Acesso em: 02 maio 2019.

MENDES K.D.S.; SILVEIRA, R.C.C.P.; GALVÃO, C.M. Uso de gerenciador de referências bibliográficas na seleção dos estudos primários em revisão integrativa. **Texto Contexto Enferm**. Florianópolis 28, n.: e20170204, 2019. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2017-0204>> Acesso em: 02 maio 2019.

MUELLER, S.; PERUCCHI, V. Universities and patent production: Issues for the study of technological information. **Perspectivas em Ciência da Informação**, vol. 19, n.2, p. 15-36. 2014. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/pci/v19n2/03.pdf>> Acesso em: 20 maio 2019.

PERIRA, F.C. MELLO, J.M.C. Depósitos De Patentes De Universidades Brasileiras Na Base Do Inpi. **XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUCAO** Perspectivas Globais para a Engenharia de Produção Fortaleza, CE, Brasil, 13 a 16 de outubro de 2015. Disponível em:<[http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN\\_STO\\_213\\_261\\_28167.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_213_261_28167.pdf)> Acesso em: 20 maio 2019.

RENNÓ, A. S. et al. Propriedade Intelectual e Apropriabilidade em Universidades Federais: Estudo Multicaso no Estado de Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 44, p. 448-482, 2018. ISSN 1678-4855. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/50559/propriedade-intelectual-e-apropriabilidade-em-universidades-federais--estudo-multicaso-no-estado-de-minas-gerais> > Acesso em: 02 maio 2019.

RODRIGUES, R. L; LAGE, C. L. S; VASCONCELLOS, A. G. Direitos de propriedade intelectual relacionados à soja geneticamente modificada tolerante ao glifosato no Brasil. **A. Acad. Bras. Ciênc.** Rio de Janeiro, v. 83, n. 2, p. 719-730, junho de 2011. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0001-37652011000200029&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0001-37652011000200029&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 10 maio 2019.

STETLER, C. B., MORSE, D., RUCKI, S., BROUGHTON, S., CORRIGAN, B., FITZGERALD, J., & SHERIDAN, E. A. Utilization-focused integrative reviews in a nursing service. **Applied Nursing Research**, v.11, n. 4, p. 195-206, 1998. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9852663>>. Acesso em: 21 maio 2019.

STIPP, G. Processo de transferência de tecnologia universidade –empresa: estudo de caso no Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia da UFSC. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Universitária) –Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/178721/347198.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 22 maio 2019.

TEIXEIRA, A. V. Os Programas De Patentes Verdes Frente Ao Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência**. Salvador, v. 4, n. 1, p. 37-58, Jan/jun. 2018. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/revistadipic/article/view/4046>> Acesso em: 21 maio 2019.

TOLEDO, A. G. L.; CAMPOS, L. A. Patentes Verdes e o Setor de Fabricação de Abrasivos no Brasil: Discutindo o Potencial Estratégico do Programa a Luz do Shared Value. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 7, n. 1, p. 146-161, 2018. ISSN 2316-9834. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/49561/patentes-verdes-e-o-setor-de-fabricacao-de-abrasivos-no-brasil--discutindo-o-potencial-estrategico-do-programa-a-luz-do-shared-value->>. Acesso em: 02 maio 2019.

URSI, E. S., & GAVÃO, C. M. (2006). Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14(1), 124-131.